

2010/2011: O ano das transferências nos cargos de relevo da TV portuguesa

Felisbela Lopes, Sérgio Denicoli e Ivo Neto¹

Foi uma autêntica época de saídas e de entradas para cargos ou lugares de grande visibilidade nas empresas televisivas. RTP, SIC e TVI protagonizaram importantes trocas entre si, comprovando que o mercado televisivo se restringe a um grupo muito limitado de pessoas a quem é reconhecida capacidade de liderar certos projectos. Foi, sobretudo, ao nível das direcções de Informação e de Programas que tudo aconteceu, apesar de 2010 também ficar marcado por uma saída de peso ao nível da redacção: a da jornalista Manuela Moura Guedes, da TVI.

Depois de um período de muita indefinição, a TVI chega a acordo com Manuela Moura Guedes para uma rescisão de contrato a 17 de Outubro de 2010. Recorde-se que a Administração da TVI havia suspenso, a 4 de Setembro de 2010², o *Jornal Nacional* de 6ª feira, coordenado e apresentado pela jornalista, um noticiário bastante polémico que assumia uma linha editorial de contrapoder, principalmente em relação ao Governo socialista liderado por José Sócrates. A 28 do mesmo mês, Moura Guedes entra de baixa médica à espera de uma resolução para a sua delicada situação.

A posição de confronto da TVI com o Governo socialista de José Sócrates tinha no noticiário da noite de sexta-feira da TVI um dos seus expoentes maiores. A 21 de Abril de 2009, em entrevista à RTP, o então primeiro-ministro acusa o programa de informação de ser “*um telejornal travestido, feito de ódio e perseguição pessoal*”. A polémica estende-se a outros interlocutores. A 22 de Maio de 2009, o bastonário da Ordem dos Advogados, Marinho Pinto, entra em colisão com a pivot, dizendo-lhe o seguinte: “*você faz um péssimo jornalismo*”. No dia 3 de Setembro de 2009, a administração da TVI faz um anúncio, onde fica claro que o ‘*Jornal Nacional*’ do dia seguinte – habitualmente apresentado por Moura Guedes e criticado por Sócrates – iria ser suspenso³. Negando qualquer interferência política nesta decisão, a Prisa, detentora de parte do capital da TVI, justifica-se assim em comunicado: “*foi uma decisão que se insere no âmbito*

¹ Investigadores do Centro de Estudos Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Artigo escrito no âmbito do projecto “Jornalismo televisivo e cidadania: os desafios da esfera pública digital” (FCT PTDC/CCI-JOR/099994/2008).

² Nesse dia, a revista “Notícias TV” publica uma entrevista com Manuela Moura Guedes na qual a jornalista afirma o seguinte: “Só se fossem muito estúpidos é que me tiravam do ar”.

³ A 5 de Agosto de 2010, o director-geral da TVI e também marido de Manuela Moura Guedes, José Eduardo Moniz, deixa a TVI, insinuando más relações com a administração da empresa.

da gestão da direcção da cadeia (de televisão) e com o envolvimento da Direcção Geral da Media Capital". No dia seguinte, o Jornal de Notícias fazia primeira página com o caso, escolhendo esta manchete: "*Furacão Moura Guedes*". Em antetítulo, escrevia-se que "*nova reportagem do caso Freeport* (uma peça que apresentava dados comprometedores para o primeiro-ministro no licenciamento deste centro comercial) *terá sido a gota de água*".

Consequências: a direcção de Informação, liderada por João Maia Abreu, demite-se; a equipa editorial daquele noticiário também apresenta a demissão; o ambiente na redacção da TVI torna-se pesado e, no ar, fica a dúvida para a qual nunca se encontrou uma resposta: pode uma administração de um canal de TV suspender um programa de informação?

Depois desta conturbada saída de Manuela Moura Guedes da TVI, surgiram várias especulações sobre um seu possível ingresso na SIC, onde poderia juntar-se assim a Miguel Sousa Tavares que havia também deixado o quarto canal para se transferir para Carnaxide. A confirmação é dada a 27 de Novembro de 2010 no semanário Expresso, título do grupo a que pertence também a SIC. A 1 de Julho de 2011, o mesmo jornal, na versão online, titula isto: "*Manuela Moura Guedes, afinal, já não vai para a SIC*". A justificar esta decisão estariam razões de mercado. Luís Marques, director-geral da estação de Carnaxide, fala em "*mudanças de contexto*" entre o início das conversações e a actualidade. A jornalista, pelo seu lado, envia um comunicado à agência Lusa, onde podia ler-se o seguinte: "*É verdade, não vou para a SIC. Não tenho vínculo com a SIC e não vou, porque o Dr. Balsemão não quer*". Fecha-se aqui um ciclo. Até a uma próxima proposta.

Esta temporada fica marcada, acima de tudo, pela dança de cadeiras na direcção de Informação e Programação dos diferentes canais. Em meados de Fevereiro de 2011, surgem as primeiras notícias que fazem referência à mudança de José Alberto Carvalho e de Judite de Sousa, director e subdirectora de Informação da RTP, respectivamente, para a TVI. Se para o primeiro se tratava de mais uma transferência (trabalhou na RTP como jornalista, de lá foi para a SIC, para ser o primeiro pivot do Jornal da Noite, e daí voltou à TV pública para a direcção de Informação), para a segunda a saída era uma novidade, sendo alguém que fez toda a sua carreira na RTP. A mudança dos dois jornalistas é confirmada em finais de Fevereiro. A 1 de Abril, ambos assumem a direcção de Informação da TVI.

Logo nos primeiros dias de trabalho, o director de Informação da TVI fixava aquilo que queria do público: "*Esperamos que os espectadores percebam que, se não virem a TVI, vão ficar mal informados*" (JN, 7 de Abril de 2011). Passado mais de um mês após a sua entrada na nova empresa, José Alberto Carvalho, em entrevista à Notícias TV (20 a 26 de Maio de 2011), fala daquilo que foi a alteração mais visível neste canal generalista privado: a mudança de nome do noticiário da noite, que passa de Jornal Nacional para Jornal das 8, que, numa fase inicial, é apresentado pela dupla que tomava conta da informação na RTP. A alteração é explicada nestes termos:

“A mudança que estamos a efectuar é para transmitir confiança aos espectadores portugueses. Para lhes transmitir a sensação de que precisam de ver a TVI para se sentirem informados e que é na TVI que têm uma equipa de jornalistas atentos, empenhados, trabalhadores, responsáveis, equilibrados, misturando esse equilíbrio com a ousadia, com a diversificação de géneros, com a não tematização excessiva dos noticiários. Desse ponto de vista, era estranho que, introduzindo um novo modelo, uma nova imagem, um novo conceito, novos apresentadores, a única coisa que não mudava era o nome”.

Houve uma coisa que não se alterou, pelo menos numa fase inicial: os índices de audiência. O Jornal das 8 não provocou uma subida abrupta nas audiências, mas também não fez fugir os telespectadores.

Mais conhecida por conduzir entrevistas do que por apresentar noticiários, Judite de Sousa encontra na TVI uma programação pouco favorável a formatos autónomos de informação semanal, pelo menos no canal generalista. Por isso, a opção foi a de introduzir o género entrevista no noticiário da noite ou concretizar esse género no canal temático de informação, TVI 24. Aliás, o canal de cabo é também uma das preocupações desta direcção. Judite de Sousa explica que aquilo que lhes foi pedido para aí foi o *“reforço da marca informativa”* (Notícias TV, 8 a 14 de Abril de 2011).

As saídas de José Alberto Carvalho e de Judite de Sousa precipitaram a formação de uma outra direcção de Informação da RTP. A escolha recaiu em Nuno Santos, o director de Programas da SIC que havia ocupado o mesmo cargo na RTP, depois de ter sido director de Informação da SIC Notícias. Tal como aconteceu com a chegada de José Alberto Carvalho à TVI, a contratação de Nuno Santos pela RTP em Março de 2011 provocou algumas mudanças: Luís Marinho renunciou ao pelouro de informação por discordar desta nomeação, continuando, no entanto, no Conselho de Administração da RTP; o correspondente da RTP nos EUA, Vítor Gonçalves, regressou a Lisboa para assumir o cargo de director-adjunto de Informação; progressivamente, esta equipa foi chamando as decisões da RTPN para a capital, acabando por extinguir os cargos de directores de Informação deste canal a norte que passou, assim, a ser coordenado pela RTP em Lisboa. Em entrevista à revista Notícias TV (15 a 21 de Abril de 2011), Nuno Santos é inequívoco sobre a percepção do seu lugar na TV pública: *“Sei que sou uma solução forte na RTP”*.

As trocas de profissionais nas três empresas televisivas continuam. Em Junho foi a vez de José Fragoso se demitir da direcção de Programas da RTP para assumir funções de coordenador de informação e conteúdos na TVI. Esta seria a segunda baixa no espaço de um ano. Recorde-se que, em Dezembro de 2010, Bruno Santos havia deixado o cargo de subdirector de Programas da RTP, para ingressar também na TVI. Nos seus primeiros dias de trabalho, o novo responsável

pela programação da TVI diz querer continuar a apostar na ficção, tendo apenas a preocupação de aí introduzir mais diversidade. Assegurando não ter vindo para alterar o perfil da TVI (*“A TVI é um canal líder que quer mais e que está a fazer o seu investimento”*), José Fragoso assegura: *“não há esgotamento de coisa nenhuma. Nem há interrupção de liderança. A TVI será o canal preferido dos portugueses por mais 60, 80 anos”* (Público, 26 de Julho de 2011). O responsável pela programação da TVI chega à empresa quando este canal ocupava o primeiro lugar na batalha das audiências há 59 meses consecutivos.

Depois da saída de José Fragoso, a administração da RTP convidou Hugo Andrade, até então responsável pela RTP Memória, para assumir a direcção de Programas da RTP1.

Eventos mediáticos que mobilizaram as redacções das TV's

Entre Setembro de 2010 e Junho de 2011, somam-se alguns acontecimentos mediáticos, que a televisão seguiu com bastante atenção. Trata-se de eventos com data marcada e que pressupõem diferentes funções assumidas pelo pequeno ecrã. Que ora reclama um papel de tribunal e um estatuto de 'psi', apto a promover “julgamentos” no espaço público mediático e a perceber estados emocionais diversos; ora se constitui como elo de união de crenças mais profundas, co-celebrando cerimónias espirituais 'urbi et orbi'; ora participa em momentos festivos, instalando em determinados locais um palco para onde todos podem dirigir o olhar.

Uma das coberturas jornalísticas mais marcantes em 2010 foi a leitura do acórdão do processo da Casa Pia. Aconteceu a 3 de Setembro. Logo manhã cedo, os três canais de informação abriram a antena para o Campus da Justiça, em Lisboa. Em sorteio, coube à SIC a gravação da leitura feita pela juíza, que depois seria transmitida por todos os canais em diferido. O tribunal acautelara a justiça feita em directo e a divulgação do nome das vítimas, mas não conseguira neutralizar o circo mediático que se instalou fora da sala de audiências. Se dentro do tribunal apenas poderia entrar um jornalista de cada órgão de comunicação social, cá fora vastas equipas de cada empresa jornalística estavam a ali para divulgar todos os movimentos dos réus, vítimas e actores judiciais. Recorde-se que este caso foi desencadeado por uma manchete do jornal Expresso que, a 23 de Novembro de 2002, denunciara a existência de casos de pedofilia na Casa Pia. A partir daí, desencadeou-se uma ampla cobertura mediática, durante a qual os jornalistas escorregaram muitas vezes para um registo sensacionalista, explorador da intimidade das vítimas, desprotegendo menores e exacerbando emoções de forma gratuita. Neste contexto, a televisão foi conquistando bastante protagonismo, chamando a si um papel de “psi”, que Dominique Mehl (1996) diz ser uma evolução natural de um ambiente audiovisual de concorrência entre canais.

Queixando-se do trabalho dos jornalistas ao longo de todo este arrastado processo, os réus souberam aproveitar a presença dos media para criar um julgamento mediático que neutralizasse as penas pesadas ditadas pelo tribunal. Não por acaso, um dos mais conhecidos arguidos, ladeado por dois dos seus advogados, promoveu uma conferência de imprensa na tarde do dia da leitura do acórdão, para reagir à decisão do tribunal, anunciada horas antes. Nos dias posteriores, esse mesmo arguido passou pelos *plateaux* dos diferentes canais de televisão para, em directo, mostrar a sua indignação. A televisão, que numa fase inicial dera todo o destaque às vítimas de pedofilia, na fase final cede o palco aos réus.

O ano de 2011 fica marcado por eleições. A 23 de Janeiro, presidenciais; a 5 de Junho, legislativas⁴. Os dias de campanha eleitoral que antecedem o escrutínio são sempre de grande mobilização das redacções, particularmente nas empresas de televisão⁵. Antes das campanhas, há um momento de particular envolvimento dos jornalistas e máquinas partidárias: os debates televisivos⁶. Mais do que aqueles momentos de pergunta-resposta, conta, sobretudo, tudo aquilo que se dirá à volta desses debates. Normalmente, os canais de informação promovem sempre programas de análise dos debates emitidos pelos canais generalistas e a imprensa vai também fazendo eco disso. Todo o processo culmina na noite eleitoral. Aí, os profissionais de televisão exacerbam essas premissas de competição eleitoral e estruturam a noite informativa com o intuito de capitalização de audiências a partir do enaltecimento de vitórias e dramatização de derrotas. Ao próprio esquema competitivo eleitoral acresce o indisfarçável jogo concorrencial dos operadores de televisão, que desencadeia um investimento notável em sondagens à boca da urna, convidados de estúdio, comentadores residentes, repórteres em todas as sedes de campanha, pivots de referência, entre outros agentes de informação. Configurados para responder ao desafio de equivaler à expectativa do telespectador, procurando com o maior número de meios fidelizar as audiências, os operadores televisivos digladiam-se permanentemente ao longo do serão para

⁴ O processo para a realização das eleições legislativas para a formação do XIX Governo Constitucional de Portugal teve início depois de José Sócrates apresentar a demissão do cargo de primeiro-ministro na noite de 22 de Março, numa emissão em directo nos três canais generalistas nacionais.

⁵ O início da campanha eleitoral para a Presidência da República ficou marcado pela ameaça feita pela SIC e pela TVI de não emitirem o tempo de antena dos candidatos por divergências existentes com o Ministério das Finanças relativamente ao preço a pagar pelo espaço de emissão.

⁶ O sorteio dos debates ditou que tanto a RTP1 como a TVI receberiam um total de três debates cada, enquanto que os estúdios da SIC foram palco de quatro debates. A decisão de integrar apenas os representantes de partidos com assento parlamentar suscitou uma reacção dos pequenos partidos que, pela sua ausência nestes momentos televisivos, apresentaram uma providência cautelar para obrigar as televisões a alargarem o debate a todos os partidos. O Tribunal Judicial de Oeiras deu razão à queixa e obrigou as três televisões a transmitirem, até 3 de Junho, novos debates entre todos os partidos que para isso estivessem disponíveis. No texto publicado que explica a sentença aplicada, a decisão é justificada pelo facto de as TV's "violarem o direito de igualdade consagrado no art.º 56.º da Lei Eleitoral da Assembleia da República, a par do direito de qualquer cidadão a ser informado, para a formação da sua opinião que se traduz no exercício de um direito de voto livre e

melhor impressionar quem os vê. Contudo, apesar desse esforço e do benévolo serviço que as televisões querem prestar, essas emissões acabam por ser miméticas, ao mesmo tempo que redundantes e repetitivas (Sena & Lopes, 2010). Mas o que importa, acima de tudo, é quem ganha a noite eleitoral, o que, para as televisões, significa ter mais audiência do que os canais concorrentes.

Nas eleições presidenciais, foi a RTP quem ganhou a noite eleitoral (12.4 por cento de audiência média); a TVI ficou em segundo lugar (10.9 por cento); a SIC, em terceiro (10 por cento). A TV pública foi a primeira a arrancar a emissão: três minutos antes das 20h00, José Alberto Carvalho surge de iPad na mão. Aliás, a RTP é o canal que mais avanços vai fazendo a nível tecnológico e mais esforço tem demonstrado em integrar o telespectador nas emissões, tirando partido das tecnologias. Nas eleições legislativas, a RTP manteve a liderança, seguida pela TVI e depois pela SIC. Um forte ambiente multimédia tomou conta do estúdio da TV pública, que abriu uma bancada para 130 pessoas seguirem a emissão em estúdio. Mantendo directos permanentes com os chamados “quartéis-gerais” dos diversos partidos e tendo em estúdio figuras com notoriedade mediática⁷ e militantes destacados em cada partido, os diferentes canais televisivos foram apanhando as suas notícias exclusivas. Na RTP aparecia às 20h40 um oráculo onde se escrevia: “*última hora: Sócrates deve demitir-se*”. Na sequência dessa demissão, originada pela perda das eleições, o socialista António Vitorino, em conversa com Marcelo Rebelo de Sousa, confessa, na TVI, que havia sido convidado para líder do partido, o que significava que a derrota do partido do governo era esperada. A SIC, fazendo um directo para o local onde estavam os socialistas, consegue uma declaração de António José Seguro a mostrar-se disponível para se candidatar à liderança do PS. A 23 de Julho, seria ele o novo secretário-geral do PS. E aí está como a TV pode ser parte da construção do real.

esclarecido”. O artigo 56.º desta lei refere também que “os candidatos e os partidos políticos ou coligações que os propõem têm direito a igual tratamento por parte das entidades públicas e privadas a fim de efectuarem, livremente e nas melhores condições, a sua campanha eleitoral”. Para além destas considerações, o Tribunal de Oeiras considerou ilegítima a distinção feita pelas televisões entre partidos com assento parlamentar e sem assento parlamentar na realização do sorteio para os debates televisivos referentes às eleições legislativas. Esta imposição teve uma imediata reacção das três televisões generalistas portuguesas. As direcções de informação da RTP1, SIC e TVI discordaram da decisão judicial pelo facto de esta não respeitar a autonomia e a liberdade editorial dos meios de comunicação social. Num comunicado conjunto, os directores de informação dos três canais em causa frisaram que a marcação destes debates não obedecia a critérios jornalísticos. Nesta nota é ainda referido que o precedente levantado poderia originar no fim dos debates em próximos actos eleitorais, já que a realização de um elevado número de debates não seria uma decisão útil, razoável, nem sequer exequível. Apesar da contestação por parte de RTP1, SIC e TVI, estas estações começaram a transmitir a 2 de Junho debates eleitorais entre os partidos sem representação parlamentar, mas que concorriam às eleições do dia 5 de Junho. Em dois dias foram transmitidos oito debates televisivos.

⁷ A RTP aproveitou a noite eleitoral para convidar para estúdio José Eduardo Moniz, ele que fora director-geral da TV pública, que passara pela TVI e transformara o canal em líder de audiência e que integrava, na altura, os quadros da Ongoing, o grupo de que se falava para comprar o canal que a RTP iria privatizar.

Em 2011, salientam-se aquilo a que Daniel Dayan e Elihu Katz chamam “*Media Events*” (ME), ou seja, “*momentos históricos televisionados em directo que fazem parar a nação ou o mundo*” (1999: 17). Sendo promovidos por instâncias exteriores à TV, os ME são planeados e publicitados com antecedência, criando grande expectativa na audiência que se sente “*na obrigatoriedade de assistir*”. Ao analisarem os efeitos dos ME, Dayan e Katz (1999: 183-207) defendem que estes acontecimentos “*interrompem o ritmo da vida das pessoas*”, instalando um “*tempo de lazer, mas também um tempo sagrado*” que exige uma “*participação activa*” da audiência. Ainda que a produção e a recepção se desenrolem em territórios diferenciados, há uma ligação do *centro* (do palco dos acontecimentos) com a *periferia* (os locais onde se assiste às emissões televisivas, convertidos, assim, em espaços públicos unidos por uma cena mediática re-territorializada no ecrã de TV). “*A televisão retira os acontecimentos da terra e coloca-os no ar*”, sustentam Dayan e Katz (1999: 30). Para serem entendidos como momentos de reforço das identidades das instituições e dos actores que neles participam, os ME têm efeitos socializadores que os investigadores fazem prolongar no tempo para os considerarem estruturantes da memória colectiva, conferindo-lhe substância e enquadramento. “*Os grandes acontecimentos*”, escrevem em *Media Events* (1999: 82), “*poderão ter o seu efeito primordial e certamente o seu lugar na memória colectiva, não sob a forma em que foram originalmente encenados, mas sob a forma como foram transmitidos*”. Daí dizerem que “*os verdadeiros construtores de monumentos do século XX são talvez os realizadores televisivos*” (1999: 112). Em 2011 distinguimos as cerimónias de beatificação de João Paulo II e os casamentos reais do príncipe William e de Kate Middleton e do herdeiro do trono monesgasco, Alberto com a ex-nadadora olímpica e ex-modelo Charlene Wittstock. Foi a 1 de Maio que a Igreja católica procedeu, em Roma, à cerimónia de beatificação e transladação do corpo de João Paulo II⁸. As três empresas de TV colocaram no terreno enviados especiais, fazendo opções editoriais distintas: a RTP⁹ e a TVI¹⁰ fizeram uma transmissão em directo daquele momento; a SIC integrou o que ia acontecendo nos serviços informativos. Ao longo deste dia, e nos dias antecedentes, este evento marcou visivelmente as agendas mediáticas. Claro que a figura de João Paulo II motivava também esta cobertura. Sabendo fazer bom uso dos media, particularmente da TV, o pontificado deste Papa transformou o centro (o Vaticano) num lugar

⁸ O Vaticano anunciou que 87 delegações oficiais de 2300 jornalistas de 101 países marcariam presença na cerimónia.

⁹ A partir de Roma, Fátima Campos Ferreira, Rosário Salgueiro e Ana Santos foram as enviadas especiais da RTP à praça de São Pedro. As emissões da RTP1 começaram às 8h, seguindo-se por mais cinco horas. O canal de serviço público emitiu o documentário ‘Dois Papas, Dois Milénios’, nas vésperas da beatificação.

¹⁰ Na TVI, a cobertura do evento arrancou às 8h45, com Pedro Pinto e o padre Rêgo, em Roma, na companhia do correspondente Pedro Moreira.

nómada e isso aconteceu porque as suas actividades eram alvo de uma forte cobertura televisiva. Dois dias antes da beatificação de João Paulo II em Roma, William e Kate Middleton casavam em Londres. A edição do Diário de Notícias do dia da boda [29 de Abril de 2011] titulava este ME assim: “príncipe e plebeia dão o nó no palco do mundo”, ou seja, na TV e na net. Terão sido dois biliões de telespectadores por todo o mundo a seguir este enlace pela TV e 72 milhões de pessoas pela internet, o que então representou o maior número de ‘streamings’ [transmissão ao vivo pela web] de um único evento. Em Portugal, RTP, SIC e TVI montaram estúdios em Londres e enviaram para lá os seus jornalistas mais conhecidos, que se misturaram no *plateau* com apresentadores do entretenimento. Estávamos ali perante um evento que merecia um relato jornalístico, mas que se dava a ver em espectáculo, convinha não esquecer. A 2 de Julho, outro casamento real: o herdeiro do trono monegasco Alberto casa com a ex-nadadora olímpica e ex-modelo Charlene Wittstock. As televisões não tiveram o mesmo envolvimento que demonstraram com a família real britânica, nem as audiências televisivas se mobilizaram tanto em torno dos ecrãs da TV e do computador. No entanto, não se ignorou este ME. Em Portugal, se bem que a SIC praticamente tivesse ignorado este casamento real, RTP e TVI colocaram enviados especiais no terreno e fizeram ligações em directo em tempo considerável.

TV digital terrestre

No âmbito da implementação da TV digital terrestre em Portugal, os anos de 2010 e de 2011 foram marcados pela consolidação do modelo de negócios a ser adoptado, que diferiu bastante das expectativas que havia em torno do sistema quando o Estado lançou, em 2007, os projectos de regulamento dos concursos públicos que atribuiriam as concessões para a utilização de frequências da TDT portuguesa. Na altura, estava previsto o lançamento de um quinto canal generalista, exclusivamente digital e de livre acesso, e também de um serviço de TDT por subscrição que contemplaria, além de canais nacionais, canais de alcance regional com programação diferenciada que daria prioridade às produções nacionais. A tecnologia, em vias de ser estabelecida, fomentava ainda discussões a respeito da possibilidade dos canais serem transmitidos em alta definição e do lançamento da televisão digital terrestre móvel.

No entanto, com a alteração do cenário económico e com a influência dos diversos agentes interessados no mercado televisivo e espectral (Denicoli, 2011), o que se concretizou, sobretudo no último ano, foi uma TDT com a menor oferta de canais da Europa¹¹, com uma interactividade limitada, com imagens

¹¹ Dados do Observatório Audiovisual Europeu, disponíveis em http://www.obs.coe.int/about/oea/pr/mavise_juin2011.html. Acedido em 26 de Setembro de 2011.

em definição *standard*, sem um serviço opcional de TDT paga, sem planos concretos para TV móvel e sem um quinto canal generalista de livre acesso. O modelo estabelecido disponibiliza na TDT apenas os canais já existentes na TV analógica, com uma interactividade restrita ao guia electrónico de programação e à promessa de haver um serviço de legendagem cujos padrões ainda não foram definidos na altura em que escrevemos este texto (Portugal Telecom, 2010). Demais serviços interactivos, como a possibilidade de gravação de programas, são inerentes à qualidade da *set-top-box* adquirida pelo telespectador e não aos canais de transmissão.

No campo das acções de marketing e da consequente preparação da população para a conversão do analógico para o digital, destaca-se o lançamento, em Março de 2011, de uma campanha oficial em diversos meios, com o intuito de esclarecer os cidadãos sobre os procedimentos necessários à passagem para a TDT. A ANACOM também lançou uma página no Facebook para responder às dúvidas dos utilizadores. No que diz respeito aos serviços de informação ao telespectador que deveriam ser fornecidos pela Portugal Telecom (que detém os direitos de transmissão da TDT), estes foram considerados insuficientes pela ANACOM, que exigiu que a empresa melhorasse a qualidade dos esclarecimentos prestados ao público, sobretudo no que concerne aos subsídios para a instalação de equipamento de recepção de sinais via satélite nas “zonas de sombra” onde o sinal da TDT não chega.

No dia 7 de Abril de 2011, uma resolução da ANACOM poupou a PT da obrigação de financiar na íntegra os custos referentes à transmissão via satélite nas zonas de sombra – conforme estava determinado no título habilitante que deu à Portugal Telecom o direito de utilização de frequências da TDT –, determinando que a empresa comparticiparia apenas a compra do kit de recepção dos sinais. Isto originou protestos nas regiões afectadas, principalmente nos concelhos do Alto Minho, cuja população reclamou o facto de ter mais custos para poder continuar a receber os sinais televisivos após o apagão analógico, em relação às demais regiões do país contempladas com o sinal da TDT.

Apesar de ter havido algumas iniciativas oficiais de divulgação correcta do que era a TDT, constatou-se, por outro lado, que agentes e empresas prestadoras de serviços de TV por subscrição estariam a fornecer informações equivocadas sobre a TDT, talvez com o intuito de ampliar o número de clientes dos canais pagos (Público, 23 de Maio de 2011). Tal facto levou à intervenção da ANACOM para proteger os cidadãos de procedimentos comerciais desleais. Essa intervenção ocorreu através de uma deliberação do dia 19 de Maio de 2001, que ressaltava o seguinte:

“São proibidas as práticas comerciais que, por qualquer forma, induzam no consumidor a percepção de que para continuar a recepcionar os serviços de programas televisivos de acesso não condicionado livre, a saber RTP1, RTP2, SIC e TVI, bem como RTP Açores e RTP Madeira nas respectivas Regiões Autónomas, deve subscrever um serviço pago” (ANACOM, 2011: 6).

Uma outra questão inerente a este período foi o fim das *golden shares* do Estado na Portugal Telecom¹², por força do memorando firmado entre o Governo e o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a União Europeia – a Troika¹³, na sequência de um empréstimo feito pelas três instituições ao Estado Português para o pagamento da dívida pública do País. Com o fim das acções especiais, o Estado deixou de poder interferir directamente nas decisões da PT, chegando ao fim esta relação oficial e simbiótica, o que poderá ter influenciado o processo de implementação dos quadros legais dos concursos públicos que levaram à concepção da TV digital terrestre no País (Denicoli, Teixeira e Sousa, 2011)

No campo político, com a tomada de posse do XIX Governo Constitucional no dia 21 de Junho de 2011, chefiado pelo primeiro-ministro Pedro Passos de Coelho, estabeleceu-se um programa de acção que fixava para a TV digital o seguinte¹⁴:

“O Governo pontuará a sua actuação pela Mudança pautado pelo novo contexto tecnológico e financeiro. Esta mudança exige que o Estado assegure de forma clara e firme uma concorrência transparente e, sobretudo, o acesso de todos os cidadãos aos conteúdos, incluindo a informação independentemente da plataforma tecnológica. As mudanças em curso (v.g. a Televisão Digital Terrestre, que deverá cobrir todo o País em 2012, e as novas gerações de banda larga) exigem especial cuidado de forma a garantir que não há cidadãos excluídos particularmente por razões económicas, pelo que o Estado compromete-se combater qualquer tipo de exclusão, actuando de forma rigorosa na esfera legislativa e reguladora.”

No entanto, mesmo estando a televisão digital terrestre no cerne das questões referentes à reestruturação do serviço público de comunicação, as acções na esfera da política e da administração pública não se reflectiram em resoluções práticas. No período analisado, o serviço público teve uma presença pouco veemente no que diz respeito ao importante processo de digitalização das transmissões televisivas em Portugal, enquanto na Europa a função social da TV pública foi naturalmente transferida para a TV digital. O recurso ao fortalecimento dos canais públicos ocorreu na maioria dos países da União Europeia, nomeadamente na Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Itália, Irlanda, Polónia, Reino Unido, República Checa e Suécia.

¹² As *golden shares* são acções privilegiadas que davam ao Estado o direito de influenciar e vetar as principais iniciativas da PT, entre elas a nomeação do presidente do Conselho de Administração e decisões sobre o aumento de capital e alteração de estatutos.

¹³ Documento disponível em http://economico.sapo.pt/public/uploads/memorandotroika_04-05-2011.pdf. Acedido em 28 de Setembro de 2011.

¹⁴ Programa do XIX Governo Constitucional disponível em http://www.portugal.gov.pt/pt/GC19/Governo/ProgramaGoverno/Pages/ProgramadoGoverno_Indice.aspx. Acedido em 27 de Agosto de 2011.

No que diz respeito às questões técnicas, houve avanços em relação ao *switch-off*, sendo que em duas zonas-piloto, Alenquer e Cacém, os transmissores analógicos foram desligados de forma definitiva em Maio e Junho, respectivamente. Houve também uma realocação das frequências utilizadas pela TDT em todo País, de forma de libertar a faixa dos 800 MHz para transmissões de serviços de comunicação electrónicos, cujos objectivos mais proeminentes previstos pela União Europeia apontam para a Internet sem fios, nos seguintes padrões (Comissão Europeia, 2010):

“• *Internet banda larga básica a todos os europeus até 2013.*

• *Internet banda larga com no mínimo 30 Mbps a todos os europeus até 2020 (sendo 50% ou mais dos agregados familiares europeus assinantes de ligações à Internet com débitos superiores a 100 Mbps.*”

Portanto, conforme aqui exposto, os anos de 2010 e 2011 poderiam ter sido cruciais na definição do modelo da TDT portuguesa, mas os factos ocorridos salientaram as fragilidades de um sistema que tem de ser implantado de forma definitiva a partir de Abril de 2012, data marcada para o *switch-off* analógico. Nessa altura, os portugueses só terão acesso à programação televisiva se estiverem devidamente equipados para receber os sinais digitais.

Bibliografia

Dayan, Daniel; Katz, Elihu (1999). *A História em Directo: os acontecimentos mediáticos na televisão*. Coimbra: Minerva.

Denicoli, Sergio; Teixeira, Marcelo; Sousa, Helena (2011), *A implementação da televisão digital terrestre em Portugal: um caso singular de relação público-privada*. XXXIV Intercom – Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Recife. Intercom.org.br http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/lista_area_DT8-PC.htm. Acedido em 27 de Setembro de 2011.

Denicoli, Sergio (2011). *TV digital: Sistemas, conceitos e Tecnologia*. Grácio Editor, Coimbra.

Mehl, Dominique (1996). *La Télévision de l'Intimité*. Essai Politique, Seuil.

Sena, Nilza & Lopes, Felisbela (2009) “*Election Night: a large production that people don't see*”. International Readings in Moscow – Mass Media Communications, Moscovo, 8 a 10 de Outubro de 2009. Comunicação com “paper”.

Documentos

ANACOM (2011). Deliberação de proibição prévia de práticas comerciais desleais. Anacom.pt
http://www.anacom.pt/streaming/Deliberacao19maio2011.pdf?contentId=1085523&field=ATTACHED_FILE.

Acedido em 28 de Setembro de 2011.

Comissão Europeia (2010). Uma agenda digital para a Europa. COM (2010) 245.
<http://tvdigital.files.wordpress.com/2010/09/agenda-digital-da-uniao-europeia1.pdf>.

Acedido em 29 de Agosto de 2011.

Portugal Telecom (2010). Norma de Sinalização para a Televisão Digital Terrestre em Portugal.
[www.tdt.telecom.pt](http://tdt.telecom.pt)
<http://tdt.telecom.pt//recursos/apresentacoes/Norma%20de%20Sinaliza%C3%A7%C3%A3o%20para%20a%20Televis%C3%A3o%20Digital%20Terrestre%20em%20Portugal1.pdf>

Acedido em 28 de Setembro de 2011.

Jornais

Público, 26 de Julho de 2011

Público, 23 de Maio de 2011

Notícias TV, 20 de Maio de 2011

Notícias TV, 15 de Abril de 2011

Notícias TV, 8 Abril de 2011

Notícias TV, 4 de Setembro de 2010

Jornal de Notícias, 7 de Abril de 2011

Jornal de Notícias, 4 de Setembro de 2010

Expresso, 1 de Julho de 2011

Expresso, 27 de Novembro de 2010